



E QUANDO NÃO ERA *FAKE NEWS*? BOATO E CISMA SOBRE VACINAÇÃO NO BRASIL 1999/2000

And when it was not fake news?

Rumor and schism about vaccination in Brazil 1999/2000

¿Y cuándo no eran fake news?

Rumor y cisma de vacunación en Brasil 1999/2000

Igor Sacramento

Pesquisador em Saúde Pública e professor (PPGICS/Fiocruz e PPGCOM/UFRJ)
igor.sacramento@icict.fiocruz.br

Hully Falcão

Pesquisadora de Pós-doutorado Programa Inova Fiocruz (PPGICS/Fiocruz)
hully.falcao@icict.fiocruz.br

Flavia Leiroz

Jornalista e pesquisadora de Pós-doutorado ECO/UFRJ de comunicação, saúde e feminismos
flavialeiroz@gmail.com

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar como foi produzido um problema público no período da vacinação para idosos nos anos de 1999 e 2000 quando não havia desinformação no sistema classificatório vigente. Para tal, realizamos uma pesquisa documental na Hemeroteca Nacional, nos acervos e nas páginas dos jornais de grande circulação da época, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo. Vimos que as notícias além de tentarem consensualizar representações sobre a campanha e seu público-alvo, também buscavam desmentir boatos acionando diferentes atores para conceder legitimidade à narrativa. Nesse sentido, discutimos o que é boato e suas principais diferenças para compreender o que vem a ser desinformação.

Palavras-chave: Boato. Vacina. Gripe.

Abstract

This article aims to analyze how a public problem was produced during the vaccination period for the elderly in 1999 and 2000 when there was no disinformation in the classification system in force. To this end, we carried out documentary research in the National Newspaper Library, in the collections and pages of the newspapers of great circulation at that time, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, O Globo and O Estado de S. Paulo. We saw that, besides trying to consensualize representations about the campaign and its target audience, the news



also tried to refute some rumors by using different actors to grant legitimacy to the narrative. In this sense, we discussed what is a rumor and its main differences to understand what disinformation is.

Key words: Rumor. Vaccine. Flu.

Resumen

Este artículo pretende analizar cómo se produce un problema público en el periodo de vacunación de los ancianos en 1999 y 2000 cuando no hubo desinformación en el sistema de clasificación vigente. Para ello, realizamos una investigación documental en la hemeroteca nacional, en las colecciones y en las páginas de los periódicos de gran tirada de la época, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Hemos visto que, además de intentar consensuar representaciones sobre la campaña y su público objetivo, las noticias también trataron de desmentir algunos rumores activando a diferentes actores para otorgar legitimidad a la narrativa. En este sentido, discutimos lo que es un rumor y sus principales diferencias para tratar de entender lo que es la desinformación.

Palabras clave: Rumor. Vacuna. Gripe.

1 INTRODUÇÃO

Um dos movimentos analíticos fundamentais da história consiste na relação entre o “presente historiográfico” e o “passado histórico” (CERTEAU, 2011). A historiografia está associada a uma operação de mobilização de questões, interesses, preocupações e perspectivas de seu presente – é dele, afinal, que são formuladas interrogações ao passado. O presente historiográfico pensa as estruturas socioculturais do passado histórico porque pressupõe a existência de estruturas atuantes tanto em uma como em outra dimensão do tempo. Nessa perspectiva, a produção historiográfica sempre fornece interpretações acerca de fenômenos pretéritos que dizem sobre o tempo de produção da pesquisa e do pesquisado.

Com base nessas considerações, o contexto brasileiro recente, marcado pelo encharcamento da vida social por *fake news* em saúde, nos mobiliza. Exemplos se multiplicaram durante a pandemia de covid-19, caracterizada como tal pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em meio às notícias sobre número de casos e mortes pela doença, informações sobre medidas de restrições de mobilidade social e orientações sobre métodos de prevenção, circulavam também conteúdos desinformativos e relatos de teorias da conspiração sobre o SARS-CoV-2 nas redes sociais digitais.

Essas mensagens se disseminaram em vários formatos (textos, vídeos, fotos e áudios) e buscaram creditar a criação do vírus a fins políticos, econômicos ou místicos, além de oferecerem falsos medicamentos e falsas curas como possibilidades de tratamento ou prevenção da enfermidade. A circulação de rumores e desinformação foi amplificada pelo

advento das mídias sociais, trazendo potenciais riscos para a saúde, como o comprometimento da adesão das pessoas às medidas de contenção da doença (MASSARANI *et al*, 2021).

Antes disso, *fake news* já havia sido eleita a palavra do ano em 2017 pelo Collins Dictionary. Em 2017, o uso do termo aumentou 365% em relação ao ano anterior. Há muitas visões diferentes sobre o que são *fake news*. Há, de maneira recorrente, uma visão generalista e inespecífica que coloca sob o espectro de *fake news* o conjunto de boatos, rumores, teorias da conspiração, fofocas, calúnias, difamações, mentiras e toda a sorte de desinformação. São gêneros, entretanto, e formas discursivas diferentes e específicas, e não consideramos que estão sob uma mesma e única denominação (JASTER; LANIUS, 2018). Allcott e Gentzkow (2017) ressaltam que a expressão *fake news* surgiu no âmbito do jornalismo estadunidense no século XIX. Os jornais divulgavam furos e revelações, mas também histórias falsas para aumentar a circulação. Os autores definem *fake news* como notícias verificáveis e intencionalmente falsas, embora capazes de enganar os leitores e mobilizá-los em determinadas ações individuais e coletivas. Para eles, o aumento do engajamento nas redes sociais *on-line*, associado ao declínio da confiança nos veículos de informação tradicionais, explica o rápido crescimento da disseminação de notícias falsas.

No recente contexto brasileiro, especialmente, durante o governo de Jair Bolsonaro, é também preciso pontuar a consolidação de políticos de extrema direita que preconizam um populismo autoritário anticiência (MONARI *et al*, 2021). A essa política de extrema direita, soma-se o fortalecimento de uma racionalidade cismática na contemporaneidade (MOTA; LIMA, 2022). Nela, a ciência se torna suspeita, e a verdade, relativa, buscando consolidação social em uma falsa equivalência entre todas as narrativas presentes e circulantes: convicções passam a importar mais do que fatos.

Foi a partir da vivência contemporânea de *fake news* sobre vacinas durante a pandemia de covid-19 que interrogamos o passado. Essa inquietação não parte de um anacronismo, impondo ao passado valores, pensamentos e práticas culturais do presente e pressupondo a história como linear, única e progressiva. Pelo contrário, a compreensão do passado na sua *diferença* e *alteridade* com o presente permite desnaturalizar formas de existir e agir. Por outro lado, escrevemos história sempre em um presente. É uma condição implacável e, em si mesma, anacrônica, mas não estamos interessados em produzir anacronismos historiográficos: uma inconsistência cronológica somada à justaposição de pessoas, eventos, linguagens e costumes de diferentes períodos. Para Robert Darnton (1986), a história não deve correr o

risco de fazer do passado uma unidade da diversidade no tempo, mas propor olhar para o conjunto documental pesquisado menos preocupado em fixar o que aconteceu do que em construir uma leitura do acontecimento a partir de seus agentes envolvidos.

Darnton (1986) utiliza a história etnográfica como abordagem teórico-metodológica: “o historiador etnográfico estuda a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo. Tenta descobrir sua cosmologia, mostrar como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento.” (DARNTON, 1986, p. XIV). Classificando a história como ciência interpretativa, ao lado da antropologia, ele busca unir a contribuição dos estudos seriais a uma interpretação dos sistemas de símbolos e significados em que os indivíduos de uma determinada época estão inseridos, tentando compreender o modo como as pessoas “interpretavam o mundo, conferiam-lhe significado e lhe infundiam emoção.” (DARNTON, 1986, p. XIII).

Dentro dessa abordagem, surgiram inúmeras questões para esta pesquisa. Quais foram as diferentes formas de questionamento da vacinação nos anos de 1990 e 2000 publicizadas pela mídia impressa? E quando não era *fake news*, quais eram as explicações para os movimentos de recusa ou contestação da vacinação? Como tais questionamentos podem se diferenciar tanto por parte da população como dos formadores de opinião em diferentes espaços sociais? Quais eram as categorias utilizadas?

Ao analisar as últimas décadas do século passado, não tentando entendê-las sob a perspectiva de categorias de agora, compreendemos o passado por seus sistemas classificatórios e buscamos também ver emergir motivações e nomenclaturas utilizadas para dar conta da dificuldade de aderência à vacinação. Observamos como a rejeição à vacina foi se constituindo um problema de saúde pública, na medida em que atrapalhava esforços organizados pela sociedade para proteger, promover e restaurar a saúde de populações reduzindo a quantidade de doença, de mortes prematuras, de desconfortos e incapacidades produzidas pela gripe (COSTA; VICTORA, 2006). Consequentemente, tornou-se importante, também, observar como a gripe era tratada e como a vacina era trazida como algo a sanar os problemas decorrentes de uma doença até então tida como simples pela mídia impressa.

Nesse sentido, o texto estruturar-se-á, primeiro, a partir da análise de como jornais impressos brasileiros abordaram os boatos sobre a vacinação contra a gripe comum para idosos nos anos de 1999 e de 2000, discorreremos sobre a ambiência da produção e circulação desses boatos e suas características durante o segundo governo de Fernando Henrique

Cardoso (FHC). Após esse esforço, iremos mostrar como a ciência é acionada para legitimar determinado discurso. E, por último, esboçaremos como se dá o processo de representação dos boatos sobre a vacina como um problema público.

2 METODOLOGIA

A pesquisa empreendida se deu por meio de pesquisa documental, na qual observamos a abordagem dos jornais selecionados quando as categorias “desinformação” e “*fake news*” não faziam parte do sistema classificatório midiático referente à campanha nacional de vacinação contra a gripe para maiores de 65 anos, lançada no fim de 1999, no Brasil. Assim, para conseguirmos compreender qual era a narrativa, pesquisamos e analisamos duas décadas, a de 1990 e 2000, de periódicos que são parte do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional com a utilização das seguintes palavras-chaves combinadas e inseridas no campo de busca da plataforma: “vacina idoso gripe problemas” e “vacina+idoso+gripe+mentiras; boato ou informação falsa ou incertezas”. O primeiro grupo teve 27 ocorrências; o segundo, 33. A maioria se concentra nos anos de 1999 e 2000, 2009 e 2010. Recorremos também à busca em sites e acervos dos próprios jornais utilizando os mesmos conjuntos de palavras. Os jornais analisados foram: O Estado de S. Paulo (Estadão), Folha de S. Paulo (Folha), O Globo e Jornal do Brasil (JB).

Além disso, a escolha pela mídia impressa une duas questões importantes para o contexto e a época de nossa pesquisa. A primeira está relacionada às mudanças no cenário da imprensa brasileira a partir da década de 1980, com a redemocratização do país. Empresas de comunicação passaram a valorizar aspectos técnicos e profissionais do jornalismo, enaltecendo questões como objetividade e reprimendo posicionamentos ideológicos e políticos explícitos (PEIXOTO, 1998). A segunda diz respeito à circulação média de jornais diários brasileiros que, entre 1990 e 1999, cresceu 69,43%. Em 1999, a circulação diária média dos jornais brasileiros foi de 7.245.000 exemplares. Em 1990, a média diária era de 4.276.000 exemplares (GRILLO, 2000).

Marialva Barbosa (2006, p. 238) propõe que lancemos sobre os estudos de comunicação um olhar histórico: “Não se trata, por exemplo, apenas dizer que a mídia pode determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas interpretar por que isso acontece num espaço social considerado [...] que difere profundamente do que ocorre em outro espaço com historicidade diversa”. Para ela, o principal postulado para tal empreendimento é a

interpretação – diante da impossibilidade de recuperar o que de fato ocorre, a interpretação baseada no recorte teórico e na subjetividade dos pesquisadores torna possível criticar determinada ação social. Assim, analisar jornais como documentos históricos ajuda a construção de uma consciência crítica sobre fenômenos e experiências vividas no passado e no presente.

3 NARRATIVAS SOBRE VACINAÇÃO PARA GRIPE EM IDOSOS: ENTRE BOATOS E CISMAS

Se fosse boa, não estariam dando só para velhos. Tem alguma coisa que ninguém quer contar.

Rosa Castilho Alves Batista, 73, Folha de S. Paulo, 10 maio 2000.

A fala de Rosa revela, mais que uma desconfiança, uma cisma. Na contemporaneidade, persiste uma “racionalidade cismática” (MOTA; LIMA, 2022), uma gramática moral, que deriva da lógica do contraditório, da presunção da culpa e das soluções institucionais que ela impõe. Na língua portuguesa, “cisma”, como substantivo feminino, significa ideia fixa, produto da imaginação, hostilidade gratuita e teimosa. Envolve a construção de certezas baseadas em explicações sobre uma coisa, um fenômeno, uma identidade ou um papel social de uma pessoa que é definida arbitrariamente, “sem ser negociada com a pessoa que é objeto de uma cisma”. (MOTA; LIMA, 2022, p. 240). Essa racionalidade está vinculada à tradição inquisitorial que rege a produção da verdade judiciária no Brasil e, desse modo, acaba ressoando em outras esferas da vida. A cisma traz à tona a lógica inquisitorial, atualizando-a, possibilitando construir explicações baseadas em outras relações causais que não aquelas tidas como oficiais.

Na cisma de Rosa Castilho, há duas camadas de significação que nos interessam: as relações entre idosos e a oferta de serviços públicos de saúde de baixa qualidade e a ideia de um segredo. No primeiro caso, demonstra descontentamento com o modo como são tratados pelo Estado. No segundo, se refere à persistência da dúvida sobre as intenções do governo ao vacinar idosos. Em 1998, FHC, então presidente do Brasil, declarou: “Fiz a reforma da Previdência para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos em um país de pobres e miseráveis.” (SOUZA; MADUEÑO; DAMÉ 1998). Dias depois, tentou se explicar: “O que eu critico, e vou continuar criticando sempre, são os privilégios. Pessoas que trabalham 20, 25

anos e se aposentam ainda jovens e com salários altos.” (FHC SE EXPLICA..., 1998). No entanto, pela fala de Rosa, a declaração de FHC aprofundou ainda mais a cisma.

A identificação desta racionalidade é importante chave para a análise da cobertura que alguns jornais brasileiros fizeram da vacinação contra a gripe para idosos e a reflexão acerca da ambiência da produção e circulação de boatos durante o segundo governo de FHC. Faz-se necessária, porém, importante distinção: cismar não é sinônimo de desconfiar. Confiança e desconfiança fazem parte de jogos e práticas democráticas sobre trocas e compartilhamentos de ideias e perspectivas, pressupondo possibilidades de mudança de pensamento:

Trata-se de convencer, ou seja, vencer ‘com’ e convencionar ‘com’ o outro a compreensão do que se aprecia. Em uma ‘cismocracia’ – usando um neologismo – os indivíduos constroem suas opiniões, representações e ‘verdades’ ensimesmando-se em suas rochas absolutas de convicção. (MOTA; LIMA, 2022, p. 241).

Assim, não há negociação ou troca de visões, apenas a confirmação de certeza, independentemente de argumentos ou fatos apresentados. A lógica do contraditório é largamente usada nos cenários judiciário e político brasileiros. Diz respeito à forma de argumentação baseada em um sistema de debates que não busca o consenso, mas se alicerça na tentativa de desqualificação sistemática do discurso da outra parte. Esta estratégia dilui os significados das categorias “fato”, “evidência”, “prova”, “indício” promovendo dissenso infinito, só interrompido por uma autoridade externa às partes que lhe dá fim e declara uma tese vencedora e a outra, vencida (LIMA, 2010, p. 29). A dificuldade de produzir consenso evidencia um componente comunicacional presente na racionalidade cismática, já que há a dificuldade de negociar, expressar e construir um lugar comum.

A racionalidade da cisma modula as formas de um indivíduo engajar-se em uma situação e no mundo. Assim, o boato combinaria perfeitamente com a cisma, pois ele poderia trazer a verdade mais verdadeira, escondida das pessoas comuns por interesses e objetivos escusos (KAPFERER, 1993). Uma das principais justificativas para sua disseminação é o fato de corresponder com anseios e temores de pessoas, trazendo consequências importantes para o grupo. Indivíduos movidos por essa gramática cismática desconfiam e suspeitam ainda mais, pois a cisma pressupõe a produção de julgamento unilateral a respeito do outro ou do que ele faz (MOTA, 2018), assim como de situações. Especulações sobre a vacina contra gripe para idosos podem ser vistas dessa maneira. Informações que circulavam na época geravam mal-estar, receio e suposição de que algo estava fora do lugar.

Nesse contexto, a busca por informação a partir de novas demandas serve para confirmar o que já se sabia previamente. Acessamos e recebemos informações de acordo com nossas certezas, convicções e cismas. No entanto, as cismas não são construídas aleatoriamente. Na análise realizada de matérias publicadas nos jornais citados, podemos verificar cismas e boatos recorrentes em dois diferentes momentos com relação às vacinas.

No início da década de 1990, os jornais, principalmente o JB, noticiavam a gripe como um problema sazonal que preocupava alguns pesquisadores. Em 2 de julho de 1990, o JB estampava a manchete “Gripe neste inverno preocupa a Fiocruz” (ADEODATO, 1990), destacando que o Rio de Janeiro tinha surtos de Influenza desde 1968 e que pesquisas indicavam a vacinação. Outras matérias falavam sobre a eficácia de tratamentos, utilizando fala de pesquisadores e cientistas, especialmente, os vinculados à Fiocruz. A gripe passou a ser considerada um problema de saúde pública, e os jornais mostravam a necessidade de acionar diferentes atores para solucioná-lo. Na ponta dos processos de solução, a voz maior aqui é a da Ciência.

Nesse momento, as matérias eram publicadas sob as rubricas de “Saúde”, “Medicina”, “Vida”, “Ciência”. No jornalismo, as fontes de informação, pessoas e/ou instituições que lidam diretamente com jornalistas, não fornecem apenas um testemunho, mas um diagnóstico – como afirma Bourdieu (1997), no campo social, pode haver relações de aliança entre diferentes campos que operam uma estratégia de reforço mútuo de seus capitais simbólico e social. Assim ocorre com o jornalismo e a medicina – a autoridade de médico e cientista basta, nesse contexto, para conferir legitimidade às suas afirmações e dar credibilidade às matérias publicadas (CARVALHO, 2012).

A cobertura jornalística em fins de 1998 e início de 1999 merece destaque porque traz elementos que compõem a construção de um problema e coloca as cismas em movimento quando a vacinação contra a gripe para idosos vira campanha nacional do Ministério da Saúde (MS). Em 1998, FHC foi reeleito presidente do Brasil. Contudo, havia muitas críticas e desconfianças com relação a seus programas de governo. Desde o início, FHC declarava que poria fim à Era Vargas, promovendo privatizações de empresas estatais, redução de salários e de direitos trabalhistas. As privatizações, o aumento dos juros e a política de investimento das importações para o país geraram o fechamento de empresas e a demissão de muitos trabalhadores – a taxa de desemprego atingiu cerca de 9% da população economicamente ativa.

Em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou relatório que apontava a má distribuição de renda no Brasil: os 20% mais pobres detinham apenas 2,5% da renda nacional, ao passo que os 20% mais ricos possuíam 63,4%. Paralelamente, a OMS revelou que os serviços da saúde pública brasileira eram piores do que os de alguns países periféricos. Entre 191 nações, o Brasil ocupava a 125ª posição; nas Américas, entre 35 países, a 30ª. Tudo isso envolvido em escândalos de desvio de verbas públicas e discursos que promoviam desconfiança em relação a aposentadorias. Essas operações colaboram para a construção de uma representação em que o idoso é visto como um gasto desnecessário para os cofres públicos.

Dessa forma, não causa estranheza que, em 1999, as primeiras ênfases tenham sido sobre questões econômicas. O Estadão, em 25 de março, na mesma página, fala sobre grandes empresas que vacinavam funcionários e familiares contra a gripe para melhorar a qualidade de vida e aumentar a produtividade e que a Campanha Nacional de Imunização de Idosos acima de 65 anos contra gripe, pneumonia, tétano e difteria seria realizada em abril. José Serra, então ministro da Saúde, destaca que a ideia da Campanha, cujo mote era “Velho é o seu preconceito”, era permitir o bem-estar do idoso e reduzir a mortalidade. No entanto, os destaques giravam em torno dos gastos públicos – os idosos representavam 6,5% da população e eram responsáveis por 22% dos gastos com saúde – o jornal ainda referendava: “estima-se que a cada vacina aplicada se possa economizar até 70 dólares” (CAMPANHA..., 1999). Além disso, os quatro jornais enfatizam que idosos poderiam se vacinar gratuitamente e que a alta do dólar não prejudicaria a compra das vacinas. É notável que o clima criado devido às categorias utilizadas, que associam idoso a risco, doença, gasto e economia, contribui para a geração de desconfiança e, ao mesmo tempo, para a construção de um problema público. À voz da ciência, se junta a do mercado na qualificação de notícias e no enfrentamento da gripe. Autoridades do governo e empresários enfatizam perspectivas econômicas que sobrepujam a questão social. As rubricas agora mudam, e as matérias são publicadas nas seções “Brasil”, “Geral”, “Política”.

Em abril, mais próximo do calendário de vacinação, tanto o Estadão como o JB publicam matérias sobre pesquisas feitas pela Fiocruz em abrigo de idosos no Rio de Janeiro constatando que, após a vacinação, o índice de morte por doenças respiratórias caiu de 6% para 3,8% e destacando a eficácia e a proteção da vacina. O Estadão ainda aponta para um caso de efeito colateral grave, mas o JB destaca: “Uma das novidades do inverno brasileiro é a

vacina contra a gripe [...]. Nos primeiros anos, a vacina efetivamente tinha pouco efeito porque o vírus da gripe muda muito. Mas as atuais têm uma mistura de várias cepas. Atualmente, elas dão uma proteção de 70% a 80% dos casos.” (VACINA..., 1998).

O JB destaca a vacinação em abrigos para idosos com a presença do governador na época e de outros políticos. Não há citação do escândalo ocorrido em 1996/1997, no abrigo Santa Genoveva, uma unidade de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como a “casa dos horrores” – em menos de três meses, 102 idosos haviam morrido na instituição com feridas não tratadas, famintos, amarrados a suas camas e sujos de fezes (HELAL FILHO, 2021). No dia 12 de abril de 1998, no entanto, JB e Folha trazem uma foto de José Serra informando que ele lançava a campanha de vacinação antigripe em abrigos no Rio pela manhã e, à tarde, estava em São Paulo com o mesmo objetivo.

É interessante observar que não há menção direta, neste momento, nos jornais, sobre resistências, medos ou boatos. No entanto, parece que tanto os jornais como o governo se pautavam em função deles. Havia em todos justificativas econômicas e de saúde pela escolha de idosos – vale lembrar que a ONU proclamou 1999 como o Ano Internacional dos Idosos e que, no Brasil, se discutia um projeto de lei para estabelecer o Estatuto do Idoso. Se há campanha para valorização, há consciência da desvalorização. Provavelmente, a escolha por começar a vacinação em abrigos de idosos do SUS no Rio visava diminuir medos e boatos e mostrar que os “velhos” não eram mais esquecidos.

A única exceção é uma entrevista feita por Elio Gaspari, publicada no O Globo e na Folha, com o historiador Sidney Chalhoub, em maio de 1999. Gaspari diz que muitos cidadãos não quiseram se vacinar com medo do governo. E pergunta: “De onde saiu esta superstição?”. Chalhoub responde que não há como afirmar isso, no entanto, cita algumas possibilidades: é da tradição brasileira desconfiar da saúde pública; a falta de hábito de ser centro das campanhas – os avós levam seus netos para se vacinarem, mas não se vacinam; as inúmeras discussões sobre escassez de recursos leva à dúvida sobre a qualidade do serviço e da vacina comprada; nos últimos cinco anos, o discurso oficial tem sido agressivo com relação a aposentados, assim, alguns idosos podem ter duvidado que o governo lhes pudesse oferecer algo de novo e de bom. Para falar de “superstição”, a fonte escolhida não é um ator político ou um médico. É necessário buscar uma fonte que traga conhecimento sobre aspectos sociais e tenha autoridade para criar ou explicitar conexões com boatos e cismas que circulavam.

Vale discutir um pouco sobre as características que essas notícias trazem e que podem ser definidas como boatos. Os medos são os maiores motivadores de sua produção, principalmente, quando há um contexto que rompe com a sensação de normalidade. O boato cumpre o papel de produzir sentidos a contextos e momentos de incerteza, vinculando-se às emoções por conta da necessidade de resposta às sensações de insegurança (RENARD, 2007; KAPFERER, 1993).

Outra característica atribuída ao boato diz respeito a sua concepção tradicional associada à falsa informação. A emergência de diminuir anseios produzidos por uma novidade faz circular na sociedade informações não oficiais e não vinculadas a fontes com autoridade reconhecida para legitimá-las (KAPFERER, 1993). O discurso midiático oficial durante o período analisado é hostil com idoso, ora falando que (sobre)vida é onerosa aos cofres públicos, ora de sua suposta fragilidade, provocando cenário propício para propagação de cismas e de boatos. Renard (2007) traça um paralelo interessante sobre as características do boato e as lendas urbanas – a dificuldade de definir onde e quando começam, sua imersão na vida cotidiana e a adaptabilidade dessas narrativas, que aderem ao contexto daqueles que participam da interação em que é comunicada. Assim, o boato, tendo início fora dos canais da mídia tradicional, circula nas ruas e em conversas e tem como “motor” (RENARD, 2007) seu potencial de aderir ao sistema de crença dos indivíduos. Por isso, a negatividade é outro traço marcante desse processo – dificilmente haverá um boato positivo.

Kapferer (1993) escreveu seu livro na década de 1990, antes da disseminação das redes sociais na internet. Por isso, é referência importante por enxergar dinâmicas e processos comunicacionais próprios do passado que analisamos. A circulação de boatos pela internet é outra história. Kapferer já dizia que um dos traços do boato é a propagação em alta velocidade por possuir um valor e por poder ser visto como revelador de uma verdade escondida pela oficialidade do Estado e das instituições jurídicas e científicas, por exemplo. Segundo esse autor, em determinados momentos, o jornalismo pode funcionar como distribuidor de boatos, aumentando sua circulação. Muitas pessoas sabem do boato a partir de sua divulgação oficial. No entanto, o controle dos boatos não pode ser feito sem a mídia, uma vez que ele contesta a realidade oficial e propõe uma nova realidade. A coexistência de ambos os sistemas de significação mostra que o boato é uma mídia complementar, com informações concorrentes.

Em 2000, os jornais já usavam a categoria boato como pauta e falavam mais sobre cismas. A Folha publica matéria intitulada “Boatos fazem idosos evitar vacinação”

(BIANCARELLI, 2000) informando que as metas de vacinação não foram atingidas e que houve prorrogação da campanha. Os motivos citados vão desde o medo de serem contaminados por supostas doenças a morrerem e ficarem impotentes: “Todo mundo diz que quem toma não dá mais no couro”, diz o motorista Osvaldo Maia Ribeiro, 71. Afinal, segundo ele, “Todo mundo conhece alguém que ficou fraco para o sexo depois da vacina”.

Ao depoimento de Osvaldo, une-se o de Rosa Castilho Alves Batista, já destacado, que diz ter visto pessoas passando mal na fila do banco, no supermercado e no ônibus depois de tomar a vacina, e que nem seu médico conseguiu convencê-la. É notável já o surgimento do que está sendo chamado como *I-pistemology* (“eu- pistemologia”, em tradução nossa) que centra a produção de verdade na experiência de si, se crê naquilo que os olhos veem (VAN ZONEN, 2012) e que também dá ao visto a conformidade de suas crenças. Os textos não dizem por onde e como os boatos eram espalhados e compartilhados, mas mostram a repercussão e suas consequências.¹

As campanhas permaneceram com autoridades tirando fotos sendo vacinadas, mães de políticos, freiras etc. As informações precisavam ser validadas por autoridades para produzir oficialidade, uma vez que os consensos provisórios sobre fatos e dados estavam suspensos, era preciso, como diz Lima e Mota (2022), quebrar a “insularidade cognitiva” e levar as pessoas a acessarem outras informações e não apenas as que reforçavam suas cismas. As matérias não usavam apenas o recurso das autoridades científicas como árbitros para definir sobre verdades e evidências. Era preciso usar a imagem de autoridades públicas políticas e religiosas. Uma das matérias da Folha de S. Paulo mostra José Serra indo até à 37ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para promover a vacinação. O medo de que a vacina provocasse reações colaterais, como febre, fez a entidade enviar apenas bispos aposentados para a vacinação. Além da veracidade, começa a ser importante a ideia do impacto e da crença.

4 A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA PÚBLICO E DE CONSENSOS

Transformar uma preocupação em um problema público significa realizar um exercício de reenquadramento a partir de um esquema moral perceptível por meio de

¹ Somente em uma matéria de 2010 de O Globo, se fala em e-mails recebidos pela redação contra a vacina e encaminhados para o MS com uma série de boatos. Interessante perceber que muitos têm o mesmo padrão e as mesmas críticas das relacionada à covid-19 (ver encurtador.com.br/pNQSX).

interações entre diferentes atores. A diversidade dos problemas públicos é decorrente da multiplicidade de atores que participam de uma arena pública e dos diferentes dispositivos envolvidos, sejam eles morais, argumentativos, jurídicos (CEFAÏ, 1996) e científicos. Vimos que, primeiro, há um esforço para propor a gripe como doença que merece atenção e, para tal, são acionadas instituições científicas de prestígio, como a Fiocruz, para conceder legitimidade e maior aderência de outras instituições no reconhecimento de que há um problema. Certas fontes se tornam representantes ou porta-vozes de um modo de pensar, de uma tendência e até de uma racionalidade em relação ao tema em questão (CARVALHO, 2012). Assim, instituições científicas e pesquisadores são dotados de um capital científico que, quando exportado para outros campos, em um cenário que a ciência ainda tem credibilidade, se transformam em uma espécie de capital social (BOURDIEU, 1997) para legitimar um ponto de vista. Essas operações não só destacam uma situação como demandam mais participação de públicos diversos para produzirem consensos em torno do sentido dado àquele problema, como a Influenza e a vacina para idosos.

Para conformar um problema público, também se deve consensualizar as categorias utilizadas, ou seja, elaborar e conformar um sistema classificatório. O termo “Idoso”², por exemplo, começa a aparecer vinculado ao risco de infecção mais grave na primeira matéria analisada do JB (ADEODATO, 1990). Nela, a palavra “gripe” é mencionada 16 vezes, enquanto “idoso” surge apenas uma vez: “[...] o influenza ataca indiscriminadamente crianças e adultos, mas é mais perigoso para idosos”. Em outra notícia do JB (TESTE..., 1990), há um teste com sete dúvidas mais comuns sobre gripe, duas delas são: “quem é mais predisposto a pegar gripe?” e “a gripe arrisca mais a saúde de que tipo de indivíduo?”, ambas trazendo “idoso” como uma das opções. Desse modo, ao associar gripe-idosos-risco, diferentes atores tornam a gripe em idosos um problema público, que adentra o mais íntimo da vida cotidiana e produz outros tipos de entendimentos, gerando cismas e boatos. Vale destacar que a conformação de um problema público também mobiliza afetos.

Segundo Cefai (1996), a existência de um problema público está inserida em uma dinâmica de produção e recepção de narrativas descritivas e interpretativas e de soluções propostas. Estamos considerando o polo de produção da gripe em idosos como um problema

² Destaca-se que a categoria “idoso” é também consenso: a OMS classificou como idosos pessoas com mais de 65 anos em países desenvolvidos e com mais de 60 em países em desenvolvimento. No entanto, na Política Nacional do Idoso (instituída pela Lei Federal n. 8.842), de 1994, e no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741), de 2003, idosos são pessoas com 60 anos ou mais.

de saúde pública e os agentes públicos como atores: médicos, cientistas, pesquisadores, jornalistas e a própria população, que participa do processo da conformação de um problema, pois modifica uma concepção e passa a atrelar gripe, riscos e idosos. Sendo assim, os públicos no campo da recepção contribuem para a produção do problema coletivo, podendo resistir a essas construções narrativas e construir outras, alternativas e concorrentes, na representação da realidade. Esse processo não é pacífico, por isso, há os esforços midiáticos para legitimar uma narrativa e atribuir oficialidade a ela.

Os boatos sobre os malefícios da vacinação também foram discursos que participaram da construção de um novo problema público, bem como a criação de um novo risco: não é mais a doença, mas a própria vacina. Esse deslocamento gera novas dinâmicas na produção de sentidos sobre a campanha de vacinação na cobertura jornalística. O Estadão, por exemplo, em 1º abril de 1999, traz uma reportagem com o título “Vacina antigripe triplica defesa de idoso” com resultados de uma pesquisa realizada pela Fiocruz com 380 idosos em um abrigo na cidade do Rio de Janeiro. Ao lado dessa matéria, o jornal traz um quadro com a foto de um idoso assoando o nariz com o título “Aposentado luta para livrar-se do vírus” (VACINA ANTIGRIPE..., 1999). Não mais ciência, economia ou política como sujeitos da informação, mas os idosos e seu bem-estar.

Nesse contexto, ser rotulado como “em risco” significa entrar em um estado no qual um corpo aparentemente saudável se move para uma esfera de perigo. O risco também cumpre papel importante na construção e legitimação dessa narrativa ao ser entendido como algo social (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012) e, portanto, a construção e a determinação do que é arriscado ou não envolve diferentes instituições, não só científicas, mas também políticas e midiáticas. Quando categorias que remetem risco, gripe e idoso integram a mesma narrativa, promovem também um ator que está submetido a tal risco. Como aparece nas notícias publicadas no Estadão e no JB: “optou-se apenas pelos mais *fragilizados* devido *ao alto custo da vacina, a mais cara fornecida pelo PNI*” (CAMPANHA..., 1999, grifos nossos). Nesse trecho, duas questões são observadas: a categoria fragilidade, que colabora para criar um consenso sobre o público-alvo da campanha e como ele é representado; o custo da vacina, em que o MS vincula a campanha à economia, o que colabora com as cismas e os boatos, tornando-os um problema de saúde pública que permanece, na atualidade, sob os efeitos de outras dinâmicas.

Na medida em que as matérias de jornais de grande circulação consensualizam categorias, utilizam sistemas classificatórios com origem em representações coletivas que emergem em dado momento da história. Por isso, é contextual, produto de um encadeamento não linear de “acontecimentos”. Quando lidos sob a ótica de determinado sistema classificatório, tornam-se “eventos” conforme são significados e apropriados (SAHLINS, 2003). O uso do termo idoso atrelado a risco e a gripe aumenta conforme o tempo passa. Essas categorias são essenciais para produzir entendimentos e tornam-se imprescindíveis para a comunicação (DURKHEIM, 2003) e para a produção de um problema público.

Tal como as representações coletivas, as categorias são construídas socialmente e se referem ao todo, à sociedade (DURKHEIM, 2003), sendo também representações coletivas. Porém, nem toda representação é categoria, pois categoria é um atributo que possibilita a existência de sociedades, servindo como ponto de referência para que as representações coletivas sejam construídas. Categorias são como a ossatura do conhecimento (DURKHEIM, 2003), auxiliam a formação da razão e o entendimento entre os indivíduos – por isso, são imprescindíveis para a comunicação – e quando não universais, são universalizáveis, pois há variações nas formas em que se apresentam.

Assim, problemas públicos e suas categorizações são construídos por uma multiplicidade de procedimentos práticos, que se baseiam em suportes jurídicos, administrativos, políticos ou midiáticos, e destacam a implementação de lógicas de interação e coordenação, aliança e conflito. O debate público não foi e nunca será por meio do discurso de boa vontade (CEFAÏ, 1996), a fim de alcançar uma comunicação sem distorção: é dado em atividades mais ou menos padronizadas, às vezes ritualizadas, de denúncia e justificativa, reivindicação e desqualificação, controvérsia e argumentação.

5 CONSIDERAÇÕES

Vimos que algumas características dos boatos se assemelham ao que hoje é denominado como desinformação. Ambos expressam emoções, principalmente o medo, e são úteis para produzir explicações em momentos de incerteza. Então, por que não chamamos boatos de desinformação? As diferenças entre esses dois conceitos estão na capilaridade da circulação e na intencionalidade de sua produção – desinformação está vinculada a um processo deliberado, mas não somente, de compartilhamento de informações classificadas como falsas.

Além disso, novas tecnologias midiáticas desfazem fronteiras entre consumo, circulação e produção de informações ao inserirem os sujeitos nesse processo comunicacional, transformando e atribuindo novos aspectos formadores do que nomeamos como desinformação. Já o boato tem relação mais íntima com a vida cotidiana, e é praticamente impossível saber onde foi produzido, ao contrário da desinformação, que tem produção e compartilhamento mais sistemáticos, podendo ter sua origem determinada. O boato e a cisma envolvem emoções, componentes essenciais para fazer crer e dotar de sentido a informação consumida. O sistema de crença em que o indivíduo está imerso é o que o leva a acreditar e a interpretar acontecimentos. Os efeitos disso são tão potentes que qualquer informação que não esteja relacionada àquilo que se acredita pode ser completamente ignorada. A desinformação, por sua vez, tem respondido a interesses políticos mais claros, e exemplos atuais são fartos, como os proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro: quem se vacinar contra covid-19 “vira jacaré” ou “pega aids” etc.

Ressaltamos que pensar a conformação de categorias é lançar luz sobre sistemas classificatórios, mas pesquisar fatos passados com base em sistemas classificatórios atuais, além de não dar sentido ao problema analisado, dificulta a compreensão de como ele era tratado e narrado em seu tempo. Como afirma Durkheim (1993), as categorias são representativas de gramáticas morais e políticas que dizem respeito a um tempo visto em espiral, que concatena elementos do passado e do presente. Esses quadros morais definem a forma como entendemos e agimos no mundo e atribuímos significados a ele. A análise aqui realizada procurou compreender as formas pelas quais um problema de saúde pública é construído e trazido a público, como as categorias são mobilizadas e sob quais racionalidades são trabalhadas. Podemos, então, indagar: em que momento uma informação que concorra com a verdade científica estabelecida sobre saúde deixou de ser boato para ser *fake news*?

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, S. Gripe neste inverno preocupa Fiocruz. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1990. Saúde.
- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, [S. l.], n. 31, v. 2, p. 211-236, 2017.
- BARBOSA, M. Imprensa e poder no Brasil pós-30. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.



BIANCARELLI, A. Gripe: boatos fazem idosos evitar vacinação. **Folha de S. Paulo** [on-line], São Paulo, 10 maio 2000. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/ult10052000102.htm>. Acesso em: 20 set. 2022.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARVALHO, M. Racionalidade política no jornalismo de saúde: o papel das fontes na construção da relação entre a obesidade e a pobreza no jornal brasileiro Folha de São Paulo. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, número especial, p. 89-105, 2012.

CAMPANHA de imunização de idosos será realizada em abril. **O Estado de S. Paulo**, p. 12, 25 mar. 1999.

CEFAÏ, D. La construction des problèmes publics. **Reseaux**, [S. l.], n. 75 p. 46-66, 1996.

CERTEAU, M. História e estrutura. In: CERTEAU, M. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

CHALHOUB, S. Entrevista. [cedida a] Elio Gaspari. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 13, 9 maio 1999.

COSTA, J. S. D. da; VICTORA, C. G. O que é “um problema de saúde pública”? Debate. **Rev. Bras. Epidemiol.**, São Paulo, n. 9, v. 1, mar. 2006.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risco e cultura**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAKE NEWS. In: Collins Dictionary. Glasgow: HarperCollins Publishers, 2017. Disponível em: <https://blog.collinsdictionary.com/language-lovers/collins-2017-word-of-the-year-shortlist/>. Acesso em: 22 set. 2022.

FHC SE EXPLICA na TV sobre ‘vagabundos’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 maio 1998. Reforma. Brasil, Sucursal Brasília.

GRILLO, C. Jornais do país crescem 69% nos anos 90. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2000.

HELAL FILHO, W. ‘Casa dos horrores’: A clínica de saúde fechada após mortandade de idosos, no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 maio 2021. Blog do Acervo. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/casa-dos-horrores-clinica-de-saude-fechada-apos-mortandade-de-idosos-no-rio.html>. Acesso em: 24 set. 2022.

JASTER, R.; LANIUS, D. What is fake news? **Versus**, [S. l.], n. 2, v. 125, p. 207-227, 2018.

KAPFERER, J. N. **Boatos**: o mais antigo mídia do mundo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LIMA, R. K. de. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, São Paulo, n. 2, v. 35, p. 25-31, 2010.





MASSARANI, L. M. *et al.* Infodemia, desinformação e vacinas: a circulação de conteúdos em redes sociais antes e depois da Covid-19. **Liinc Rev.**, [S. l.], v. 17, n. 1, e5689, 2021.

MONARI, A. C. P. *et al.* Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc Rev.**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e5707, jun. 2021.

MOTA, F. R.; LIMA, R. K. de. Pega na mentira: notas antropológicas sobre tempos inquietantes. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 227-246, 2022.

MOTA, F. R. Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. **Antropolítica**, Niterói, n. 44, p. 124-148, 2018.

PEIXOTO, F. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, p. 31-42, 1998.

RENARD, J. B. Um gênero comunicacional: os boatos e as lendas urbanas. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 32, 2007.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SOUZA, V. de; MADUEÑO, D.; DAMÉ, L. FHC diz que aposentado antes dos 50 é 'vagabundo'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de maio de 1998. Sucursal Rio.

TESTE tira dúvidas sobre a gripe que ronda o verão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 24 dez. 1990. Saúde.

VACINA ANTIGRIPE triplica defesa de idosos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1999. Geral.

VACINA para gripe em 400 idosos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1998. Cidade.

VAN ZONEN, L. I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 56-67, mar. 2012.

Original recebido em: 12 de novembro de 2022

Aceito para publicação em: 16 de dezembro de 2022

Igor Sacramento

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Fiocruz) e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM/UFRJ). É coordenador do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (Nechs), grupo de pesquisa vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Laces/Icict/Fiocruz). Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq.





PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Hully Falcão

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora de Pós-Doutorado Inova-Fiocruz no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS-Icict) da Fundação Oswaldo Cruz. É pesquisadora do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS – Fiocruz/UFRJ) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT/InEAC).

Flavia Leiroz

Jornalista. Mestre e doutora em Literatura pela PUC-Rio, faço estágio de pós-doutorado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Sou pesquisadora do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS), da FIOCRUZ, e do Grupo de Estudos e Observação das Mulheres na Mídia, da Universidade Federal do Espírito Santo. Participo do projeto Global Media Monitoring Project 2020.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

